S. R.

Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

REUNIÃO EM SESSÃO ORDINÁRIA

7 de maio de 2024

Súmula das deliberações tomadas

1. Atos de gestão:

a) Deliberado ratificar o Despacho n.º 16/2024, de 12 de abril de 2024, relativo à nomeação do Senhor Juiz Desembargador José António Oliveira Coelho para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Chefe do Gabinete da Senhora Presidente do Supremo Tribunal Administrativo.

b) Deliberado reduzir em 60% a distribuição de serviço e sem distribuição de processos urgentes e prioritários à Senhora Juíza Desembargadora Margarida Maria da Costa Reis Canada de Abreu, com efeitos imediatos e reduzir em 40% a distribuição de serviço e sem distribuição de processos urgentes e prioritários à Senhora Juíza Desembargadora Graça Maria Valga Martins, com efeitos imediatos.

c) Deliberado dar anuência à nomeação do Senhor Juiz de Direito Filipe Alexandre Oliveira Veríssimo Duarte para, em comissão de serviço, exercer funções como Adjunto do Gabinete da Senhora Ministra da Administração Interna.

d) Deliberado indicar, nos termos do disposto no n.º 3, alínea b), do artigo 384.º da LGTFP, o Senhor Juiz Conselheiro José da Ascensão Nunes Lopes e o Senhor Juiz Conselheiro Adriano Fraxenet de Chuquere Gonçalves da Cunha para integrarem a nova lista de árbitros presidentes para o triénio 2024/2027.

e) Deliberado levar ao conhecimento do Senhor Secretário-Geral do Conselho Económico e Social dos Açores que foi divulgado por todos os Senhores Juízes Conselheiros, Juízes Desembargadores e Juízes de Direito, jubilados, da jurisdição administrativa e fiscal para, querendo, manifestarem o seu interesse e disponibilidade para integrarem a lista de árbitros presidentes, não tendo sido apresentada qualquer pretensão nesse sentido e por isso, neste

momento, não é possível a este Conselho indicar magistrado(s) para completar a referida lista de árbitros presidentes, sem prejuízo de, oportunamente e caso se justifique, voltar novamente a circular este pedido pelos senhores magistrados jubilados.

f) Deliberado levar ao conhecimento da Senhora Subdiretora-Geral da Administração da Justiça que o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais não tem, ainda, os meios humanos, materiais e informáticos necessários que lhe permitam a execução das ações e funções necessárias para proceder ao processamento de remunerações dos juízes dos tribunais administrativos e fiscais de 1.ª instância, processo de adaptação esse que está em curso, e que de acordo com o artigo 16.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 31/2023, de 5 de maio, deverá efetivar-se dentro de três anos.

g) Deliberado concordar com o procedimento para a aposentação por incapacidade ou reforma por invalidez – artigo 66.º do EMJ – aprovado por deliberação de 5 de dezembro de 2023, pelo Conselho Superior da Magistratura, e aplicá-lo no âmbito da jurisdição administrativa e fiscal.

a) Deliberado concordar com o procedimento relativo ao âmbito de aplicação e operacionalização do disposto no artigo 67.º do EMJ sobre a reconversão profissional dos magistrados judicias, aprovado por deliberação de 12 de março de 2024, do Conselho Superior da Magistratura, e aplicá-lo no âmbito da jurisdição administrativa e fiscal.

b) Deliberado autorizar a frequência do curso de Defesa Nacional, ministrado pelo Instituto de Defesa Nacional, no Porto, à Senhora Juíza Desembargadora Isabel Cristina Ramalho dos Santos.

c) Deliberado, para exercício do direito a dispensa de trabalho para amamentação, reduzir em 29% a respetiva carga processual/acervo a uma Senhora Juíza de direito.

d) Deliberado tomar conhecimento do requerimento apresentado pela Senhora Juíza de Direito Cláudia Sofia Melo Figueiras Machado a solicitar a integração no Centro de Investigação em Justiça e Governação (JusGov), da Escola de Direito da Universidade do Minho.

e) Deliberado nomear o Senhor Juiz de direito Miguel Ângelo Oliveira Crespo para, sem prejuízo do serviço que lhe compete no juízo administrativo comum, do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, exercer funções, em regime de acumulação, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, área administrativa.

f) Deliberado proceder à retificação da pontuação atribuída a uma candidata na deliberação de 15 de novembro de 2023, que aprovou a lista de graduação final dos candidatos ao concurso para juiz desembargador das Secções de Contencioso Administrativo dos Tribunais Centrais Administrativos Norte e Sul, aberto por Aviso n.º 6899/2022, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 4 de abril de 2022.

g) Deliberado proceder à retificação das pontuações atribuídas a duas candidatas na deliberação de 15 de novembro de 2023, que aprovou a lista de graduação final dos candidatos ao concurso para juiz desembargador das Secções de Contencioso Tributário dos Tribunais Centrais Administrativos Norte e Sul, aberto por Aviso n.º 6900/2022, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 4 de abril de 2022.

h) Deliberado:

a) Aprovar a graduação constante da lista de antiguidade dos juízes da jurisdição administrativa e fiscal, reportada a 31 de dezembro de 2023;

b) Publicitar a referida lista no site do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (www.cstaf.pt).

c) Publicar em Diário da República a data da respetiva aprovação, bem como a informação do local em que a lista de antiguidade se encontra publicitada, para os efeitos previstos no artigo 77.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais, ex vi artigo 57.º do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

i) Deliberado nomear juíza conselheira, para a secção de contencioso administrativo do Supremo Tribunal Administrativo, a Senhora Prof. Doutora Ana Gouveia e Freitas Martins.

j) Deliberado arquivar sete queixas apresentadas contra magistrados desta jurisdição.

k) Deliberado solicitar ao Senhor Presidente dos TAF da Zona de Lisboa e Ilhas a apresentação de uma proposta com medidas a adotar para resolução da situação referente aos Processos de intimação para defesa de direitos, liberdades e garantias – artigos 109.º e seguintes do CPTA (autorização de residência de imigrantes em Portugal).

l) Deliberado conceder a solicitada autorização para a nomeação do Senhor Juiz Conselheiro Francisco António Pedrosa Areal Rothes e nada opor à nomeação do Senhor Juiz Conselheiro Carlos Luís Medeiros de Carvalho, como Presidentes dos Júris das provas orais de acesso ao 11.º Curso de Formação de juízes para os Tribunais Administrativos e Fiscais, e proceder à nomeação de vários magistrados para a composição dos referidos júris.

Lisboa, 9 de maio de 2024

A Juíza Secretária do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

Helena Telo Afonso